



Acordo Mercosul–UE entra em vigor nesta sexta-feira



Segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, mais de 80% dos produtos vendidos pelo Brasil ao bloco europeu passam a ter tarifa de importação zerada nesta fase inicial.

► PÁGINA 2

Direito

O Renascimento do Cacau Brasileiro

Da expansão regional à hegemonia internacional

► PÁGINA 5

Tecnologia

Deepfake em 6 segundos: como identificar

Sinais práticos para separar vídeo real de farsa gerada por IA

► PÁGINA 6

Alckmin anuncia R\$ 10 bi para modernizar máquinas agrícolas

► PÁGINA 5

Celso Pansera e Eduardo Paes unem forças em prol de novo projeto para o RJ

► PÁGINA 6

Marcelo Dino quer barrar monetização de conteúdos com apologia ao crime

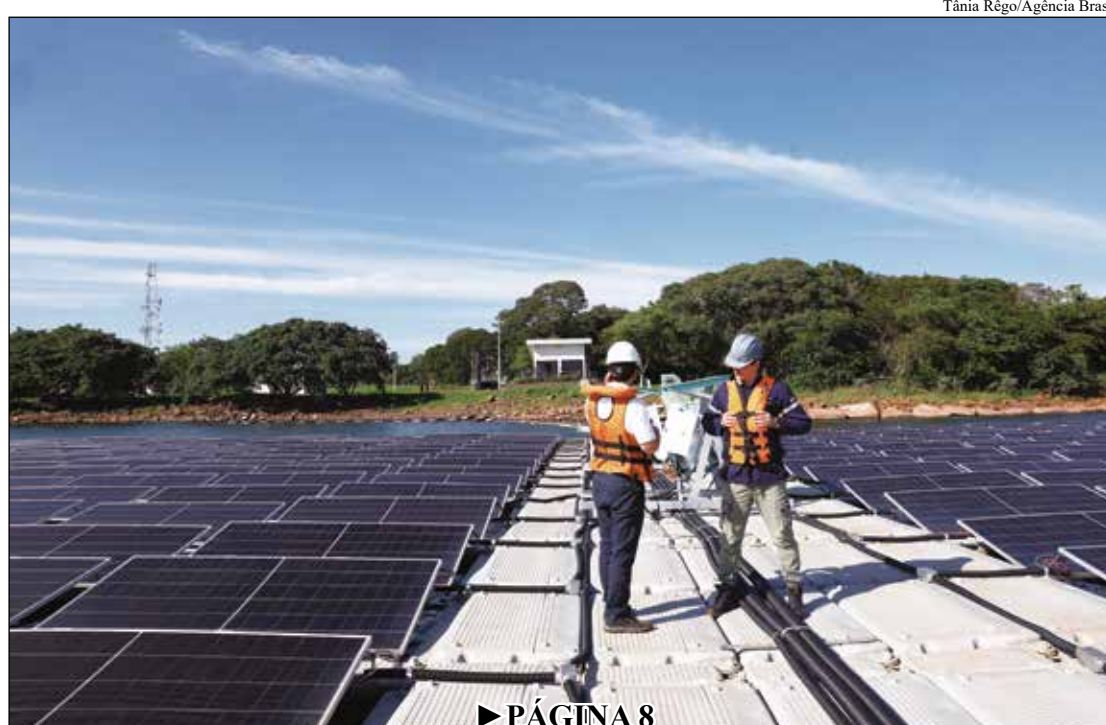
Marcelo Cunha



► PÁGINA 4

Energia solar em Itaipu pode dobrar capacidade da usina

Tânia Régio/Agência Brasil



► PÁGINA 8

Alerj aprova em definitivo regras rígidas para clínicas de autismo no Rio

► PÁGINA 3

Baixada Fluminense é o vetor para o desenvolvimento do RJ

► PÁGINA 5

Assembleia do Rio lidera manifesto contra nova divisão dos royalties

► PÁGINA 7

Educação do Estado está com inscrições abertas para professor temporário

► PÁGINA 7

Histórico: Acordo Mercosul-UE zera tarifas de 80% das exportações brasileiras

Integração comercial começa a valer nesta sexta-feira (01/05); CNI estima que mais de 5 mil produtos, entre industriais e agrícolas, terão acesso livre ao mercado europeu de imediato.

Entra em vigor nesta sexta-feira (1º) o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, com impacto direto nas exportações brasileiras. Segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mais de 80% dos produtos vendidos pelo Brasil ao bloco europeu passam a ter tarifa de importação zerada nesta fase inicial.

Sem tarifas da União Europeia, as empresas brasileiras poderão vender a maior parte de seus produtos para a Europa sem pagar impostos de entrada, o que reduz custos e aumenta a competitividade frente a concorrentes de outros países.

O acordo cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, conectando um mercado de mais de 700 milhões de consumidores. Segundo a CNI, mais de 5 mil produtos brasileiros terão tarifa zero imediatamente, incluindo itens industriais e agrícolas.

O QUE MUDA PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Hoje, muitos produtos exportados pelo Brasil enfrentam tarifas ao entrar no mercado europeu, o que encarece o preço final e dificulta a concorrência. Com o acordo, essas barreiras começam a ser eliminadas.

Dos 2.932 produtos que terão tarifas zeradas já no início: Cerca de 93% (2.714) são bens industriais



Os demais incluem itens do setor alimentício e matérias-primas

Isso tende a favorecer principalmente a indústria brasileira, que ganha acesso mais competitivo a um dos mercados mais exigentes e relevantes do mundo.

SETORES MAIS BENEFICIADOS

Entre os setores que mais devem sentir o impacto positivo estão:

Máquinas e equipamentos (21,8% dos 2.932 produtos com redução imediata); Alimentos (12,5%); Metalurgia (9,1%); Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,9%); Produtos químicos (8,1%).

No caso do setor de máquinas e equipamentos, quase 96% das exportações brasileiras para a Europa passam a entrar sem tarifa. Isso inclui produtos como compressores, bombas industriais e peças mecânicas.

Na área de alimentos, centenas de itens também terão tarifa zero, ampliando o espaço para produtos brasileiros no mercado europeu.

Por que o acordo é importante

O acordo é considerado estratégico porque amplia significativamente o alcance comercial do Brasil. Atualmente, países com os quais o Brasil tem acordos comerciais representam cerca de 9% das importações globais. Com a entrada da União Europeia, esse número pode saltar para mais de 37%.

Além disso, o tratado traz mais previsibilidade para as empresas, com regras claras sobre comércio, compras governamentais e padrões técnicos.

IMPLEMENTAÇÃO GRADUAL

Apesar do impacto imediato, nem todos os produ-

tos terão tarifas zeradas de uma vez. Para itens considerados mais sensíveis, a redução será feita de forma gradual:

Em até 10 anos na União Europeia;

Em até 15 anos no Mercosul;

Em alguns casos específicos, como novas tecnologias, o prazo pode chegar a 30 anos.

PRÓXIMAS ETAPAS

A entrada em vigor marca apenas o início da implementação. O governo brasileiro ainda deve regulamentar detalhes como a distribuição de cotas de exportação entre os países do Mercosul.

Além disso, entidades empresariais dos dois blocos devem criar um comitê para acompanhar a aplicação do acordo e ajudar empresas a aproveitar as novas oportunidades. (Agência Brasil)

Conta de energia fica mais cara em maio com acionamento da bandeira amarela

Após quatro meses de bandeira verde, Aneel confirma taxa extra devido à redução das chuvas e maior uso de termelétricas

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na sexta-feira (24/4) que a bandeira tarifária em maio será amarela, com um acréscimo nas contas de luz para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Segundo a Aneel, a decisão foi tomada devido à redução de chuvas na transição do período chuvoso para o seco, o que leva a uma geração hidrelétrica menor e ao acionamento de usinas termelétricas, com custo mais elevado.

"Em consequência, os consumidores de energia elétrica terão custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos", explicou a agência reguladora.

A conta de luz está com bandeira verde, sem acréscimo, desde janeiro, definida devido às condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios das usinas hidrelétricas em níveis satisfatórios.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica.

Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o SIN gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

A cada mês, as condições de operação do sistema de geração de energia elétrica são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda e traça uma previsão de custos a serem cobertos pelas bandeiras.

As cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês. Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta tem acréscimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

OS VALORES COBRADOS SÃO OS SEGUINTE

Bandeira amarela, com condições de geração menos favoráveis, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido;

Bandeira vermelha, no Patamar 1, com condições mais custosas de geração, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,46 para 100 quilowatt-hora kWh consumido;

Bandeira vermelha, no Patamar 2, as condições de geração são ainda mais custosas, com acréscimo na tarifa de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumido. (Agência Brasil)

joédson Alves/Agência Brasil



Embraer registra aumento de 22% em pedidos no primeiro trimestre

Resultado foi alavancado pelo aumento de 50% na aviação comercial

Embraer divulgou nesta segunda-feira (27) sua carteira de pedidos consolidada no trimestre, indicando crescimento de 22% em relação ao primeiro trimestre de 2025. O resultado positivo foi alavancado pelo aumento de pedidos na aviação comercial, com 50% de aumento e uma carteira de pedidos de 15 bilhões de dólares.

A carteira de pedidos da Embraer alcançou US\$ 32,1 bilhões no primeiro trimestre de 2026, sexto recorde histórico da companhia.

A empresa entregou 44 aeronaves no período, considerando todas as unidades de negócios. O resultado é um aumento de 47% em relação às 30 entregas no primeiro trimestre de 2025 e totaliza 16% das entregas previstas para o ano de 2026. A estimativa para o ano é entre 240 e 255 aeronaves entregues para Aviação Executiva e Aviação Comercial combinadas.

O destaque foi para as vendas de



Sgto Bianca/Força Aérea Brasileira/Agência Brasil

Aviação Comercial para a Europa, com a aquisição pela aérea finlandesa Finnair de um pedido de até 46 aeronaves E195-E2, dos quais 18 para esse trimestre, incluindo encomendas firmes, opções e direitos de compra.

A empresa divulgou, ainda, que as aeronaves da família Phenom 300

foram reconhecidas como o jato leve mais vendido do mundo pelo 14º ano consecutivo.

O segmento de Serviços & Suporte atingiu nível recorde, com valores na casa de US\$5,1 bilhões e registro de crescimento de 11% em relação ao ano anterior. (Agência Brasil)

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Esta edição de nº 530, segunda quinzena de abril de 2026, circulou em 30/04/2026

Associado à AdjorirJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior



www.jornalcapital.com.br



Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Roberto Daiub - Carlos Valente
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores

Alerj aprova em definitivo regras rígidas para clínicas de autismo no Rio

Projeto de Lei segue para sanção do Governo do Estado; unidades que oferecem terapia ABA deverão comprovar especialização de profissionais e criar planos individualizados.



Alex Ramos/Alerj

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em segunda discussão, na quarta-feira (22/04), o Projeto de Lei 7.339/26. A medida estabelece critérios rigorosos para o funcionamento de clínicas e centros de reabilitação que utilizam a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Agora, o texto segue para as mãos

do governador, que tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar.

TRANSPARÊNCIA COMO PRIORIDADE

O projeto, de autoria do deputado Marcelo Dino (PL) e coautoria de diversos parlamentares, responde ao aumento exponencial da oferta dessas terapias no estado. O objetivo principal é proteger as famílias contra serviços prestados

por pessoas sem a qualificação técnica necessária.

O QUE MUDA COM A NOVA LEI

Dever de Informação: Clínicas devem manter cópias dos diplomas e certificados de especialização de todos os técnicos e supervisores à disposição dos pais e órgãos de fiscalização.

Planos Personalizados: Fica proibida a aplicação de protocolos genéricos.

Cada paciente deve ter um plano terapêutico individualizado.

Registros de Evolução: As unidades são obrigadas a manter um histórico detalhado da evolução clínica, garantindo o acompanhamento real do desenvolvimento do paciente.

SEGURANÇA JURÍDICA

A falta de uma padronização vinha gerando insegurança em pais e responsáveis, que muitas vezes investem altos valores sem saber se a formação adequada.

“A proposta busca garantir que os serviços sejam conduzidos por profissionais devidamente qualificados, com formação específica e supervisão técnica adequada. A ausência de critérios uniformes compromete o desenvolvimento dos pacientes”, pontuou o deputado Marcelo Dino.

O projeto também contou com o apoio e coautoria dos deputados Fred Pacheco (PL), Lilian Behring (PCdoB), Dionísio Lins (PP), Índia Armelau (PL), Pedro Brazão (União) e Felipinho Ravis (PP), demonstrando um consenso pluripartidário sobre a urgência do tema.

Comissão vai intermediar efetivação de bombeiros temporários

Colegiado de Segurança Pública buscará diálogo com o Governo do Estado para resolver déficit de 11 mil militares e garantir estabilidade aos profissionais

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) deu um passo decisivo nesta terça-feira (28/04) em prol do fortalecimento do Corpo de Bombeiros (CBMERJ). Em audiência pública, o colegiado anunciou a criação de uma Comissão Especial para intermediar junto ao Governo do Estado a efetivação dos bombeiros temporários no quadro permanente da corporação.

A medida visa solucionar a situação dos militares contratados sob o regime do Serviço Militar Temporário Voluntário, instituído em 2020. Atualmente, esses profissionais possuem contratos de até oito anos, mas reivindicam a permanência definitiva com base no déficit superior a 11 mil agentes na corporação e no alto investimento público já realizado em suas formações.

A principal tese da categoria é a eficiência administrativa. Segundo os representantes, o Estado já custeou o treinamento e a capacitação desses agentes, que ingressaram via concurso público. Dispensá-los após o período contratual, enquanto a corporação sofre com a falta de pessoal, seria um contrassenso financeiro e operacional.

O deputado Giovani Ratinho (MDB), presidente da comissão, destacou a necessidade de segurança jurídica para os profissionais:

“Vamos montar esta Comissão Especial para buscar entendimento judicial para aprovar uma legislação que garanta dignidade e segurança a esses profissionais.”

Já o deputado Marcelo Dino (PL), na foto, reforçou que a pauta impacta diretamente o cidadão fluminense:

“O que esses temporários pedem aqui não é privilégio, é reconhecimento, respeito e uma solução justa para uma defasagem que impacta diretamente a segurança da população fluminense.”

Alex Ramos/Alerj



CARÁTER "PALIATIVO" DO SERVIÇO

Durante a audiência, membros da categoria enfatizaram que as atividades exercidas são permanentes e essenciais. Para Gleice Uchoa, representante da Comissão de Temporários, não há lógica no descarte de mão de obra qualificada. “Nós fizemos concurso público, com prova, testes físicos rigorosos e formação. Já somos profissionais treinados e com experiência”, pontuou.

O bombeiro militar Natan Neto lembrou que o modelo surgiu como uma “solução paliativa” durante um período crítico das contas do Estado, mas que a necessidade da sociedade é definitiva. Carlos Henrique de Souza, também temporário, questionou a natureza do vínculo diante do risco da profissão:

“Como que um bombeiro vai entrar numa casa em chamas ou no mar para salvar uma vida e ainda ser considerado temporário? A missão de quem arrisca a própria vida para proteger a sociedade não pode ser tratada como provisória.”

O POSICIONAMENTO DO CBMERJ

Representando a corporação, o tenente-coronel Douglas Satiro explicou que o Rio de Janeiro foi pioneiro na adoção do serviço temporário para contornar restrições fiscais. Embora reconheça a importância desses militares para o efetivo atual, ele ressaltou que a mudança de regime jurídico exige um caminho burocrático complexo.

“O ingresso de militares de carreira e a contratação temporária seguem processos distintos, que dependem de autorização do governo, previsão legal e estudo de impacto financeiro para os cofres públicos”, esclareceu o oficial.

A audiência contou ainda com a participação do deputado Professor Josemar (Psol) e do diretor-geral da Secretaria das Comissões de Promoções do CBMERJ, Cláudio Chauvet.



EXAMES MÉDICOS
EXAMES COMPLEMENTARES
EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia
 Clínica Geral
 Ortodontia
 Endodontia
 Periodontia
 Odontopediatria
 Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
 Prevenção
 Implantes
 Carga imediata
 Enxertos ósseos
 Próteses convencionais
 Tratamento p/ Hipertensão
 Tratamento p/ Diabético
 Tratamento c/ monitoramento

Estética
 Harmonização Facial
 Botox e Preenchimento
 Bichectomia

Especialidades
CARDIOLOGIA
 Adulto e Pediátrica
CLÍNICA MÉDICA
ANGIOLOGIA
 Tratamento de Varizes
ORTOPEDIA
 NUTRIÇÃO
CIRURGIA GERAL
 VIDEOLAPAROSCÓPICA
UROLOGIA
NEFROLOGIA

Exames Complementares
 Eletrocardiograma Digital
 Check Up
 Risco Cirúrgico
 Mapa 24h
 Holter 24h
 Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
 CRM 5262119-6
Drª. Claudia Faccioli
 CRO-RJ 37116

Shopping da Praça - Magé
 Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
 encorclinica@gmail.com

Consultas com preços acessíveis.
 Aceitamos todos os cartões.
Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834
 Marque sua consulta pelo Whatsapp

CAPITAL
MARKETING & MÍDIAS
 O Valor da Informação

jornalcapital.com.br

anuncie

21 98400-0441
 21 2671-6611

comercial.capitalmercado@gmail.com

comercial@jornalcapital.com.br

RJ articula política contra monetização de conteúdos que façam apologia ao crime

Proposta do deputado Marcelo Dino quer barrar lucro de influenciadores com práticas ilícitas nas redes sociais; projeto prevê parceria entre o MP e big techs.



O cenário de impunidade financeira para quem utiliza as redes sociais para promover o crime no Rio de Janeiro pode estar prestes a mudar. O deputado estadual Marcelo Dino (PL) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o projeto que cria a Política Estadual de Prevenção à Monetização de Conteúdos Vinculados às Práticas Ilícitas.

A iniciativa, que também foi encaminhada ao Ministério Público Estadual (MPRJ), tem como objetivo central impedir que influenciadores e produtores de conteúdo obtenham retornos financeiros — via publicidade ou visualizações

— através de vídeos e postagens que façam apologia a atividades criminosas ou condutas ilegais.

O FIM DO LUCRO COM A "APOLOGIA DIGITAL"

Atualmente, algoritmos de plataformas digitais podem acabar impulsionando conteúdos polêmicos que, embora infrinjam normas éticas, geram alto engajamento e, consequentemente, lucro para seus autores. A proposta de Marcelo Dino ataca justamente a estrutura econômica desses perfis.

Caso a lei seja aprovada, o Rio de Janeiro passará a ter um mecanismo jurídico

para vetar a remuneração desses conteúdos em todo o território estadual. Segundo o parlamentar, a medida pode servir de modelo para outras unidades da federação.

"A proposta prevê a atuação integrada entre órgãos públicos, a articulação com instituições financeiras e empresas de tecnologia, bem como a criação de instrumento voltado à produção de dados e análise da economia digital associada à prática de ilícitos", justificou Marcelo Dino.

INTEGRAÇÃO COM BIG TECHS

O projeto estabelece

uma cooperação técnica entre o Governo do Estado, o Ministério Público e as empresas de tecnologia (Big Techs). A ideia é criar um fluxo de monitoramento e análise de dados que identifique a origem do dinheiro gerado por conteúdos ilícitos.

Além do bloqueio da monetização direta pelas plataformas, a política estadual prevê a articulação com instituições financeiras para coibir o fluxo de capital oriundo dessas atividades digitais, sufocando financeiramente grupos ou indivíduos que utilizam a internet para romantizar ou promover o crime organizado e outras infrações.

Brasil e Alemanha fecham parceria estratégica para exploração de minerais críticos

Acordo assinado em Hannover prevê inovação industrial e financiamento de 500 milhões de euros; Lula defende que Brasil processe a matéria-prima em solo nacional.

O Brasil e a Alemanha deram um passo decisivo para consolidar suas posições na vanguarda da transição energética global. Na segunda-feira (20/04), em Hannover, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chanceler alemão Friedrich Merz assinaram um acordo de cooperação científica e tecnológica voltado para minerais críticos e terras raras.

INOVAÇÃO ALÉM DA MATÉRIA-PRIMA

O acordo, firmado entre o MCTI (Brasil) e o Ministério da Pesquisa (Alemanha), foca na pesquisa e inovação de toda a cadeia produtiva. Elementos como lítio, cobalto e terras raras são vitais para a fabricação de baterias, painéis solares e semicondutores.

Lula foi enfático ao afirmar que o Brasil não aceitará o papel de mero exportador de commodities:

"Nossas reservas nos tornam atores incontornáveis. Queremos atrair cadeias de processamento para o território brasileiro. A colaboração em setores intensivos em tecnologia é nossa prioridade", declarou o presidente.

DESTAQUES DO ACORDO E FINANCIAMENTO

A parceria prevê a criação, ainda em 2026, de um programa bilateral de financiamento direto para instituições e empresas. Outros pontos incluem:

Intercâmbio Técnico: Troca de cientistas e pessoal técnico de pós-graduação.

Apoio a PMEs: Foco em inovação para pequenas e médias empresas de ambos os países.

Sustentabilidade: Fundo de 500 milhões de euros via banco KfW para o Fundo Clima, focado em reduzir emissões e combater crimes ambientais.

BRASIL EM DESTAQUE NA HANNOVER MESSE

Além dos minerais, outros 14 atos foram assinados, abrangendo Inteligência Artificial, defesa e tecnologias quânticas. A viagem coincide com a Hannover Messe, a maior feira industrial do mundo, que este ano homenageia o Brasil. O chanceler Friedrich Merz destacou que a parceria estratégica é vital em tempos de mudanças na ordem mundial: "Queremos ser parceiros com ideias afins". (com informações da Agência Brasil)

Ricardo Stuckert/PR



Terras raras e minerais estratégicos: diferenças e o papel do Brasil

Recursos essenciais para a transição energética colocam o país no centro da disputa global entre potências, mas especialistas alertam para dependência externa e impactos ambientais.

O avanço da tecnologia de ponta e a urgência da transição energética transformaram recursos minerais antes desconhecidos do grande público em ativos valiosos da geopolítica moderna. Terras raras, minerais estratégicos e minerais críticos são termos frequentemente usados como sinônimos, mas possuem definições distintas que impactam diretamente a economia e a soberania nacional.

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (SGB), a diferenciação é fundamental para entender por que o mundo olha para o território brasileiro com atenção:

Elementos Terras Raras (ETR) — Um grupo específico de 17 elementos químicos (como neodímio e lantânio). Apesar do nome, não são escassos, mas sua dispersão na natureza torna a extração economicamente complexa. São vitais para motores de carros elétricos, turbinas eólicas e sistemas de defesa.

Minerais Estratégicos — São aqueles vitais para o desenvolvimento econômico de um país, essenciais para alta tecnologia, defesa e infraestrutura.

Minerais Críticos — Definidos

pelo risco de desabastecimento. Se um mineral tem produção concentrada em poucos países ou é difícil de substituir, ele é considerado crítico para quem o consome.

"Terras raras podem ser consideradas críticas ou estratégicas, dependendo do contexto. Ou seja, toda terra rara pode ser estratégica, mas nem todo mineral estratégico é terra rara", explica o levantamento do SGB.

GIGANTE DAS RESERVAS

O Brasil detém uma posição privilegiada no ranking global. Com cerca de 21 milhões de toneladas de terras raras (23% das reservas mundiais), o país só perde para a China. Além disso, o território nacional abriga: 94% do Nióbio mundial; 26% das reservas de Grafita (2º no ranking); e 12% das reservas de Níquel (3º no ranking).

O DESAFIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Apesar do vasto potencial, o Brasil enfrenta o histórico "gargalo" da

exportação de matéria-prima bruta. Atualmente, a China lidera o refino e o beneficiamento desses minerais. Sem desenvolver a etapa industrial, o Brasil corre o risco de manter um modelo primário-exportador.

O professor Luiz Jardim Wanderley, da Universidade Federal Fluminense (UFF), alerta para esse padrão: "O Brasil mantém o mesmo padrão de dependência que teve ao longo de sua história. A gente exporta muitos minerais e os consome muito pouco no mercado nacional", pontua.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A corrida pelos minerais da transição energética também acende o alerta para os danos locais. Wanderley contesta o conceito de "mineração sustentável", destacando que a atividade compromete recursos hídricos e pode acentuar desigualdades sociais nos municípios mineradores. "Precisamos pensar com muita calma se realmente vale a pena, já que os efeitos socioambientais são significativos", complementa o geógrafo. (com informações da Agência Brasil)

CREDIBILIDADE é muito mais que like.
Onde você deseja ver a sua marca?
Anuncie com quem tem
C-R-E-D-I-B-I-L-I-D-A-D-E
Anuncie nos jornais e portais do interior!



Uma iniciativa da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

Baixada Fluminense consolida-se como o motor estratégico do crescimento no RJ

Estudo "Rio de Futuro" da Firjan revela que a região concentra 22,5% da população do estado e detém uma base industrial diversificada, com destaque para logística e infraestrutura



Divulgação/Firjan

A Baixada Fluminense não é apenas um gigante demográfico com seus 3,8 milhões de habitantes; ela é o eixo central do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. O estudo "Rio de Futuro: vocações e potencialidades econômicas", apresentado recentemente pela Firjan em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, consolida o diagnóstico de que a região é o principal vetor logístico e industrial do estado.

O PESO DO SETOR PRODUTIVO

As regiões de Duque de Caxias e Nova Iguaçu somam 576,7 mil empregos formais e mais de 37,4 mil estabelecimentos. A força da indústria local é superior à média estadual, com 83 mil postos de trabalho dedicados ao setor.

A INDÚSTRIA NA BAIXADA

Construção Civil: 32,5% (187,4 mil empregos); **Alimentos, Bebidas e Panificação:** 19,4% (111,9 mil); **Metalmecânica:** 17,2% (99,2 mil); **Outros setores:** Químico, Farmacêutico e Petróleo & Gás.

VOCAÇÕES REGIONAIS

O estudo divide o potencial da Baixada em dois grandes polos complementares: Polo Caxias (Belford Roxo, Magé, São João de Meriti) — Vocação logística impulsionada pelo Arco Metropolitano, BR-040 e BR-116. A integração com modais portuários e aeroportuários reduz custos e riscos no transporte de cargas; Polo Nova Iguaçu (Itaguaí, Queimados, Seropédica) — Plataforma conectada ao Porto de Itaguaí, com grande disponibi-

dade de áreas para expansão industrial e forte presença de ensino técnico.

DESAFIOS ESTRUTURANTES

Apesar do otimismo, o levantamento da Firjan aponta "gargalos" que precisam de atenção urgente do poder público para garantir competitividade: **Segurança Pública** — Combate ao roubo de cargas; **Infraestrutura** — Requalificação de corredores logísticos e melhoria no fornecimento de energia; **Mobilidade** — Impacto direto na qualidade de vida do trabalhador e na logística urbana.

"Estamos construindo uma agenda positiva para superar gargalos. Esse trabalho une diagnóstico técnico à percepção de quem vive os desafios no dia a dia", disse Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan.

Alckmin anuncia R\$ 10 bilhões para modernizar máquinas agrícolas via MOVE Brasil

Durante a abertura da Agrishow, vice-presidente confirmou recursos para renovação de frota e sinalizou programa de renegociação de dívidas rurais

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou no domingo (26) a criação de uma nova linha de R\$ 10 bilhões em crédito para a modernização de máquinas e implementos agrícolas.

O anúncio foi feito durante a abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP). Os recursos integram uma nova modalidade do programa MOVE Brasil, voltada ao setor agropecuário.

"São R\$ 10 bilhões para financiar trator, implementos, colheitadeiras, toda a parte de máquinas agrícolas. Pela própria Finep, diretamente, ou pelos parceiros: cooperativas, bancos privados e o Banco do Brasil", disse Alckmin.

Ele destacou que os recursos serão disponibilizados no prazo de três

semanas, "com juros bem mais baixos para poder financiar a modernização e a troca de máquinas e equipamentos".

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS

O vice-presidente afirmou ainda que o governo prepara um programa de renegociação de dívidas rurais, medida que, segundo ele, pretende contemplar produtores inadimplentes e adimplentes. O objetivo é ampliar a capacidade de investimento e a competitividade do setor.

"O governo vai tratar dessa questão. Para quem está inadimplente e até para quem está adimplente, vai ter um empenho na renegociação das dívidas", antecipou.

A nova linha segue o

modelo do MOVE Brasil lançado para renovação da frota de caminhões, em janeiro deste ano. Segundo o vice-presidente, o crédito foi esgotado em cerca de 60 dias.

CRÉDITO E INOVAÇÃO

A nova modalidade do MOVE Brasil utilizará recursos do superávit do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob gestão da Finep, com foco em conteúdo nacional, inovação e pesquisa e desenvolvimento.

A previsão é que os financiamentos estejam disponíveis em 20 a 30 dias.

Pela primeira vez, cooperativas agrícolas poderão acessar diretamente crédito da Finep para fi-

nciar máquinas, equipamentos e soluções de agricultura digital.

AVALIAÇÃO DE MINISTROS

Durante o evento, a ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiavelli, afirmou que a iniciativa contribui para a mecanização e a tecnificação da agricultura familiar, com apoio da indústria nacional.

Já o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, destacou que o setor deve ser impulsionado pela entrada em vigor do acordo Mercosul-União Europeia, prevista para 1º de maio, com redução tarifária para produtos agropecuários. (Agência Brasil)



Direito do Cidadão
Gilmar Rodrigues do Nascimento

O Renascimento do Cacau Brasileiro

Da expansão regional à hegemonia internacional

Com a expansão da cultura cacauceira para novas fronteiras, com destaque para o avanço tecnológico no sudeste do país, não deve ser lida sob a ótica da concorrência, mas como um selo de validação: o cacau é, definitivamente, o novo protagonista da pauta estratégica brasileira. Este movimento de crescimento nacional fortalece toda a cadeia produtiva e coloca o Brasil em uma rota acelerada para retomar sua posição de destaque no mercado global. Para a Bahia, este cenário é um convite à excelência e à consolidação de sua identidade como o berço do cacau de alto valor agregado.

Neste novo ecossistema, o papel do mercado público e das instituições de fomento ganha uma dimensão de inteligência estratégica. O crescimento de novos polos produtores impulsiona a necessidade de uma sofisticação jurídica nos editais e contratos: é o momento de aplicar as normas de origem e fomento não como barreiras, mas como certificadores de qualidade. A competitividade agora é pautada pela capacidade de cada região entregar não apenas o produto, mas a história, a sustentabilidade e a rastreabilidade que o consumidor internacional e os programas de alimentação de ponta exigem.

A inteligência estratégica aplicada às contratações governamentais permite que esse crescimento nacional seja harmonioso. Através de mecanismos de conformidade técnica e valorização da cultura regional, garantimos que o poder de compra do Estado atue como um curador de qualidade. Ao exigir o cumprimento rigoroso das leis de origem e os critérios de fomento, a administração pública protege o escoamento da safra baiana e, ao mesmo tempo, estimula que novos polos busquem seus próprios diferenciais, elevando o padrão de todo o setor.

O otimismo que envolve essa nova safra brasileira deve vir acompanhado de uma vigilância técnica proporcional. O "transbordar" do cacau para outros estados é a prova de que o setor é resiliente e lucrativo. Cabe às cooperativas e ao setor público da nossa região aprofundar a blindagem jurídica de seus ativos, garantindo que o protagonismo histórico da Bahia seja convertido em liderança de mercado. A segurança jurídica é, portanto, o trilho por onde corre o trem do desenvolvimento, permitindo que a tradição e a inovação caminhem juntas.

O futuro do cacau brasileiro é global. Ao abraçarmos o crescimento nacional com uma estratégia de posicionamento de cultura e conformidade, transformamos o desafio da competitividade em uma celebração da nossa potência produtiva. A Bahia, com sua história e seu saber-fazer, está pronta para liderar esse movimento, assegurando que cada contrato assinado e cada lote escoado seja um passo firme em direção à soberania do chocolate de origem brasileiro no mundo.

Artigo produzido pela GN SOCIEDADE, banca especializada em Inteligência Estratégica para Licitações e Contratos Administrativos.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com



mais artigos

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie

21 2671-6611

21 9840-00441

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.com.br

Celso Pansera e Eduardo Paes unem forças em prol de novo projeto para o RJ

Encontro estratégico entre lideranças discute expansão de modelos de gestão, Tarifa Zero e fortalecimento do ensino técnico na Baixada e em todo o estado



Na manhã da quinta-feira (16/4), o cenário político fluminense ganhou um novo capítulo com a reunião estratégica entre o pré-candidato a deputado federal Celso Pansera e o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. O encontro, marcado pelo alinhamento de visões sobre o futuro do estado, focou em soluções estruturais para os desafios sociais e econômicos que atingem a população fluminense.

Paes, que projeta sua candidatura ao governo estadual nas próximas eleições, ressaltou durante o

diálogo a intenção de escalar o modelo de gestão aplicado na capital para as demais regiões do Rio. O objetivo é levar a expertise administrativa municipal para uma esfera estadual, visando a recuperação do protagonismo do Rio de Janeiro no cenário nacional.

BAIXADA FLUMINENSE E ENSINO TÉCNICO

Um dos pontos centrais da conversa foi a atuação de Celso Pansera na Baixada Fluminense. Com uma trajetória consolidada na

região, Pansera reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento local e a valorização da cultura da Baixada.

O pré-candidato a deputado federal destacou bandeiras que considera fundamentais para a transformação do estado:

Tarifa Zero: A implementação do passe livre no transporte público como ferramenta de mobilidade e inclusão social.

Educação Profissionalizante: A ampliação do ensino técnico de qualidade, utilizando sua experiência prévia à frente da Faetec

como referência para formar jovens e inseri-los no mercado de trabalho.

CONVERGÊNCIA POLÍTICA

A reunião simboliza uma convergência de interesses entre Paes e Pansera, que buscam construir uma plataforma política dinâmica e preparada para enfrentar a crise do estado. Para ambos, o fortalecimento das instituições e o investimento em áreas estratégicas são os pilares para que o Rio de Janeiro retome seu crescimento econômico e social.

São João de Meriti vence Prêmio Sebrae e é referência em inclusão produtiva no RJ

Projeto "Jovem Aprendiz Trabalhador Meritiense" conquista o 1º lugar estadual; cidade representará o Rio de Janeiro na etapa nacional em Brasília.

São João de Meriti consolidou seu protagonismo no desenvolvimento econômico ao vencer, na última quinta-feira (16/04), o prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora 2026. O município conquistou o primeiro lugar no Estado do Rio de Janeiro na categoria Inclusão Socioprodutiva, superando 59 iniciativas concorrentes de diversas regiões fluminenses.

O DIFERENCIAL MERITIENSE

O reconhecimento nacional do Sebrae foi impulsionado pelo projeto Jovem Aprendiz Trabalhador Meritiense, gerido pela Secretaria de Trabalho e Renda. Desde 2025, o programa atua na ponta, oferecendo:

Qualificação Profissional: Cursos técnicos em parceria com a Firjan.

Orientação de Carreira: Workshops sobre postura em entrevistas e elaboração de currículos.

Encaminhamento Direto: Conexão entre o jovem de 14 a 24 anos e o mercado de trabalho formal.

“Esse prêmio mostra que estamos avançando com políticas públicas sérias. Estamos criando oportunidades reais e preparando nossa população para o futuro”, afirmou o prefei-



to Léo Vieira, destacando os mais de 16 mil postos gerados via Caged no último ano.

Casa do Trabalhador: Um Marco no Estado

A vitória também reflete o sucesso da Casa do Trabalhador, a primeira unidade do tipo no estado, inaugurada em 2025. O equipamento tornou-se o coração da empregabilidade em Meriti: 30 mil atendimentos realizados em um ano; Feirões de Emprego que mobilizaram 17 mil pessoas e ofertaram 5 mil vagas; Rede de Parceiros: 22 empresas e instituições conectadas à prefeitura.

RUMO AO TÍTULO NACIONAL

Com a conquista da etapa estadual, São João de Meriti agora se prepara para representar o Rio de Janeiro na fase nacional, que ocorrerá no dia 18 de maio, em Brasília. O projeto meritiense será avaliado ao lado dos melhores exemplos de gestão pública empreendedora de todo o Brasil.

O secretário de Trabalho e Renda, Bruno Correia, e a subsecretária Pâmella Moura, reforçaram que o objetivo agora é ampliar as parcerias para que o modelo meritiense continue batendo recordes de novos empregos formais.



Deepfake em 6 segundos: como identificar

Sinais práticos para separar vídeo real de farsa gerada por IA

A sofisticação da IA em 2026 tornou obsoleto o antigo "ver para crer". Ferramentas capazes de gerar vídeos hiper-realistas ampliaram a dificuldade de distinguir fato e simulação, e o deepfake passou de curiosidade tecnológica para risco cotidiano. O texto define deepfake como mídia sintética criada com redes neurais para trocar rostos, clonar vozes ou fabricar cenas, e destaca que a escala desse fenômeno explodiu: de 500 mil conteúdos em 2023 para 8 milhões em meados de 2025.

Essa expansão foi impulsionada pela lógica das GANs, em que um sistema gera a farsa e outro tenta detectá-la, elevando rapidamente o nível de realismo. O resultado é uma democratização da fraude: hoje, agentes mal-intencionados conseguem montar identidades sintéticas sem infraestrutura avançada. Diante disso, o artigo defende que pessoas e empresas adotem um sistema imunológico digital, combinando tecnologia, processos e educação midiática.

Entre as técnicas de defesa, ganha relevância a análise fisiológica proposta por soluções como o Intel FakeCatcher, que busca sinais biológicos de vivacidade, como fluxo sanguíneo e perfusão da pele. A abordagem é útil sobretudo quando o vídeo parece visualmente perfeito, mas tem limitações em arquivos muito comprimidos ou de baixa resolução. Também são citadas plataformas de monitoramento e detecção multimodal, com destaque para ferramentas que rastreiam a preparação de campanhas falsas antes de sua divulgação pública.

O artigo apresenta sinais técnicos que ajudam na triagem: vídeos com cortes muito frequentes, especialmente na faixa de 6 a 10 segundos; dessincronia entre áudio e movimento labial, em especial nos fonemas m, p e b; e padrões de piscada pouco naturais. Na observação visual, recomenda verificar textura de pele, coerência de sombras, reflexos em óculos, integração de pelos faciais e estabilidade de marcas cutâneas, pontos reunidos em checklist do MIT Media Lab para treinar percepção crítica.

No campo regulatório, o texto aponta que o vácuo legal começou a ser preenchido. O EU AI Act, de 2024, estabeleceu regras por nível de risco e exigências de rotulagem para conteúdo sintético na Europa. Já o Take It Down Act, de 2025, nos EUA, criminaliza deepfakes maliciosos e determina retirada rápida de material íntimo não consensual. A mensagem final é que não existe solução única: a proteção mais eficaz une ferramentas forenses, verificação de metadados, checagem da origem e prudência antes de compartilhar conteúdos impactantes ou pedidos urgentes.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



Valente Soluções

contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

21 26716611 21 984000441
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com

Alerj lidera manifesto contra nova divisão dos royalties e alerta para colapso no RJ

Presidente da Casa, Douglas Ruas, entregará documento ao STF para barrar lei que ameaça finanças do Estado e de municípios; perda estimada pode custar 311 mil empregos.

Alex Ramos/Alerj



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) deflagrou, nesta terça-feira (28/04), um movimento de unidade institucional para evitar o que classifica como um "colapso financeiro" do Rio de Janeiro. Em audiência pública com mais de 20 prefeitos, o presidente da Casa, deputado Douglas Ruas (PL), anunciou a criação de um manifesto que será entregue ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em defesa da manutenção dos royalties do petróleo.

O foco da mobilização é a Lei 12.734/12, cuja constitucionalidade será julgada pelo STF no próximo dia 06/05. Caso a norma seja validada, as regras de distribuição mudam drasticamente, retirando do Rio de Janeiro — maior produtor nacional — cerca de R\$ 22 bilhões anuais em receitas. O impacto divide-se entre uma perda de R\$ 9 bilhões para o Governo do Estado e R\$ 13 bilhões para os municípios fluminenses.

RISCO DE INSOLVÊNCIA E RIOPREVIDÊNCIA

O manifesto, elaborado pela Comissão de Orçamento da Alerj, não é apenas um documento político, mas um alerta técnico sobre a viabilidade operacional do Estado. Segundo o secretário estadual de Fazenda, Juliano Pasqual, o impacto atinge di-

retamente o pagamento de inativos e pensionistas.

O Rioprevidência poderá perder, em média, R\$ 4,6 bilhões por ano — o equivalente a duas folhas mensais de pagamento. Áreas vitais como saúde, educação e segurança sofreriam um corte anual de R\$ 1,3 bilhão. "De hoje até 2032, a perda acumulada pode chegar a R\$ 50 bilhões. Isso representa um colapso social e operacional", alertou Pasqual.

O presidente da Alerj reafirmou a urgência do diálogo com o Judiciário:

"Temos que nos unir para defender o que é nosso por direito. Saímos dessa reunião com um discurso alinhado de que essa lei é inconstitucional. Quero apresentar ao ministro Fachin o nosso manifesto", pontuou Douglas Ruas.

JUSTIÇA FEDERATIVA E O MERCADO DE TRABALHO

O documento será assinado por prefeitos dos 92 municípios, chefes dos três Poderes, governador em exercício, Firjan e Fecomércio-RJ. O deputado André Corrêa (PSD), presidente da Comissão de Orçamento, destacou que o Rio não busca benesses, mas equilíbrio:

"O Rio de Janeiro não pleiteia privilégios. Reivindica, tão somente, justiça federativa, coerência consti-

tucional e o reconhecimento de sua contribuição estratégica para o país."

Além da arrecadação, o setor produtivo teme o desemprego em massa. Antônio Florêncio Queiroz, presidente da Fecomércio, estima que a validação da lei pode extinguir 311 mil postos de trabalho no estado, gerando uma queda drástica no consumo e na circulação de riquezas.

ENTENDA O JULGAMENTO NO STF

A disputa gira em torno da Lei da Partilha. Desde 2013, as regras que redistribuem os royalties entre estados produtores e não-produtores estão suspensas por uma liminar da ministra Cármen Lúcia. O julgamento do dia 06 de maio definirá se o Rio mantém seus atuais 40% de participação ou se terá de pulverizar esse recurso com o restante da federação, ignorando os custos ambientais e sociais da extração em território fluminense.

O procurador-geral do Estado, Renan Miguel Saad, que fará a sustentação oral no STF, reforça que o Rio já é penalizado por ser o único produto tributado apenas no destino. "Só em 2025 deixamos de ganhar R\$ 25 bilhões em ICMS e recebemos uma compensação de apenas R\$ 11 bilhões. A norma é inconstitucional e aniquila o Estado", defendeu.

Educação do Estado está com inscrições abertas para professor temporário

Oportunidades são para os anos letivos de 2026 e 2027; seleção simplificada utiliza avaliação de títulos e experiência profissional.

A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) está com inscrições abertas para contratação de professor temporário. O edital, aberto no início do ano, prevê a contratação de 1.750 docentes para 2026 e 2027. Os candidatos ficam em um cadastro de reserva e vão sendo chamados à medida que as vagas forem surgindo.

Os professores contratados deverão atuar nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, para os anos letivos de 2026 e 2027. De acordo

com o edital, a contratação está sendo realizada por meio de um processo de seleção simplificada, em etapa única, de caráter eliminatório e classificatório, consistente na avaliação de títulos e experiência do candidato.

As vagas são distribuídas por diferentes cargas horárias, atendendo diversas unidades, incluindo indígenas.

INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser realizadas, por meio do site

<https://abre.ai/candidato-docenteficha>, até o dia 30 de novembro deste ano. Elas serão reabertas em 2027, no período de 1º de fevereiro a 30 de novembro. No momento da inscrição, o candidato deverá indicar o tipo de vaga, o município, a regional e a(s) disciplina(s) aos quais pretende concorrer.

CONVOCAÇÃO

Quando convocado, o candidato deverá comparecer à Coordenadoria de Inspeção Escolar da Regio-

nal, no dia e horário indicado na convocação, portando documentação pessoal e demais documentos exigidos pela Seeduc.

A remuneração dos professores contratados obedecerá ao plano de carreira dos Professores Docentes I - 18 e 30 horas e Professores Docentes II - 22 horas da Secretaria de Estado de Educação. Todas as informações e orientações sobre o processo seletivo simplificado estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.seeduc.rj.gov.br>.

Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907

Energia solar em Itaipu tem potencial teórico para dobrar capacidade da usina

Estudos com "ilhas solares" no reservatório e pesquisas com Hidrogênio Verde e Biogás colocam a binacional no centro da transição energética global

A Usina de Itaipu, gigante da hidreletricidade na fronteira entre Brasil e Paraguai, está testando tecnologias que podem revolucionar sua matriz energética. Um experimento com painéis solares flutuantes instalado no reservatório revelou um potencial impressionante: se apenas 10% da área do lago fosse coberta por placas, a capacidade de geração seria equivalente a uma segunda usina de Itaipu.

O LABORATÓRIO SOBRE AS ÁGUAS

Atualmente, a "ilha solar" conta com 1.584 painéis fotovoltaicos ocupando uma área de 10 mil m² no lado paraguaio. Com capacidade de 1 megawatt-pico (MWp) — o suficiente para abastecer 650 casas —, a planta funciona como um laboratório científico para analisar:

Interação dos painéis com a fauna (peixes e algas).

Influência dos ventos e temperatura da água no desempenho das placas.

Estabilidade das estruturas de ancoragem no solo do reservatório.

HIDROGÊNIO VERDE E BATERIAS

A diversificação em Itaipu é impulsionada pelo Itaipu Parquetec, em Foz do Iguaçu (PR), onde o foco está nos com-



Fotos: Tânia Rêgo/Agência Brasil

bustíveis do futuro:

Hidrogênio Verde (H2V) — Produzido via eletrólise da água sem emissão de CO₂, o insumo é testado para mover carretas, ônibus e barcos (como o protótipo entregue para comunidades ribeirinhas na COP30, em Belém).

Armazenamento de Energia — Pesquisas focam no desenvolvimento de baterias para sistemas estacionários, garantindo reservas energéticas para empresas e indústrias.

ECONOMIA CIRCULAR

Uma das iniciativas mais curiosas e eficientes ocorre no CIBiogás. Alimentos orgânicos e materiais apreendidos em fiscalizações de fronteira (PRF e Ministério da Agricultura) são transformados em biometano.

Resultado: Em nove anos, 720 toneladas de resíduos geraram combustível para rodar 480 mil km — o equivalente a 12

voltas ao redor da Terra.

Aposta no SAF: A planta também produz experimentalmente o bio-synchrude, óleo sintético usado na fabricação do Combustível Sustentável de Aviação (SAF).

"Acredito que nos próximos 10 anos vamos ouvir muito sobre hidrogênio, biometano e SAF. São os assuntos do momento", destaca Daiana Gotardo, diretora técnica do CIBiogás. *(com informações da Agência Brasil)*

O GOVERNO DO BRASIL TRABALHA PELO POVO DO RIO DE JANEIRO

- ▶ **NOVA PISTA** da Serra das Araras
- ▶ **MODERNIZAÇÃO** dos Hospitais Federais
- ▶ **NOVO CAMPUS** do Instituto Nacional de Câncer
- ▶ **5 NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS** Magé, Piraí, Teresópolis, Complexo do Alemão, Cidade de Deus
- ▶ **GASODUTO ROTA 3** Mais gás natural nacional

INVESTIMENTO DO GOVERNO DO BRASIL

INVESTIMENTO DO GOVERNO DO BRASIL

INVESTIMENTO DO GOVERNO DO BRASIL

NOVO
PAC
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO